

**5. CONCURSO PÚBLICO: ACORDO QUADRO - 1 PARA A
"CELEBRAÇÃO DE ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE
OBRAS NA VIA PÚBLICA:**

Da **DMOSM** submetendo à consideração do Executivo Municipal, a minuta do contrato mencionada em epígrafe, que se anexa.



BRAGA

DMOSM

MINUTA DO CONTRATO
ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS NA VIA PÚBLICA

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se ao Sr. Presidente.

A Diretora da DMOSM,


(Eng.ª Alzira Torres)

2018/05/11

Despacho:



O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

18/05/14

Concurso Público: **ACORDO QUADRO - 1** para a **"CELEBRAÇÃO DE ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS NA VIA PÚBLICA"**

Assunto: **APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

Na sequência da apresentação da caução, no dia 10 do corrente mês, pela entidade adjudicatária DST – DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, SA., prevista no artigo 23º do Programa de Concurso do presente procedimento, propõe-se a **aprovação da minuta do contrato**, em anexo, pelo órgão competente, a Câmara Municipal.

11 de maio de 2018

DMOSM,


(Ana Martins, Eng.ª Civil)

MINUTA / CONTRATO N.º ACORDO QUADRO - 1**ACORDO QUADRO****PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS NA VIA PÚBLICA**

ENTRE,

Primeira: **MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede social na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificado por «contraente público» _____

E

Segunda: **DST – DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, SA**, com sede na Rua de Pintacinhos, Palmeira, 4700-727 Braga, NICP 501 489 126 matriculada na Conservatória do Registo comercial de Braga sob o mesmo número, com capital social de 12.500.000,00€, representada por **Avelino Gonçalves Teixeira**, na qualidade de Administrador, com poderes para obrigar, doravante identificada por «empreiteiro» _____

Considerando que:

- a) Por decisão da Câmara Municipal de Braga, deliberada na reunião de 25/09/2017, o contraente público, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento de concurso público para a celebração do "Acordo Quadro para a Execução de Obras na Via Pública";
- b) No seguimento do Relatório de Análise e Avaliação das Propostas, por decisão da Câmara Municipal, deliberada na reunião de 30/04/2018, o contraente público adjudicou ao empreiteiro o acordo quadro objeto do referenciado procedimento;
- c) A minuta do acordo quadro foi aprovada por decisão Câmara Municipal, deliberada na reunião de ... de ... de ...;
- d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público na execução e cumprimento do presente acordo quadro;

- e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do acordo quadro, nos termos do artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos;

_____ É celebrado o presente acordo quadro, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam. _____

Artigo 1.º

(Objeto do acordo quadro)

1.- Pelo presente instrumento, o empreiteiro atribui ao contraente público, o direito de opção concretizado no artigo 2.º do presente acordo quadro.

2.- O presente acordo quadro é singular, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 2.º

(Direito de opção)

1.- Com a celebração deste acordo quadro, o empreiteiro atribui ao contraente público, o direito de concluir vários contratos (optativos) de empreitadas de obras públicas, que terão, por sua vez, por objeto a execução de obras na via pública.

2.- As empreitadas de obras públicas a que se refere o número anterior compreenderão, no todo ou em parte, a execução dos trabalhos identificados no Anexo IV ao presente instrumento, por aplicação das quantidades que vierem a ser identificadas nas notificações de adjudicação aos preços dele constantes.

3.- Ficará na exclusiva disponibilidade do contraente público exercer o direito de opção a que alude o n.º 1 do presente artigo e, com isso, determinar a conclusão dos contratos de empreitada optativos.

3.- O exercício do direito de opção pelo contraente público determina *ipso facto* a conclusão dos contratos (optativos) de empreitada.

4.- A celebração de qualquer contrato de empreitada ao abrigo do acordo quadro constitui opção unilateral do contraente público, não ficando, por isso, obrigado à celebração de qualquer contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 255.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 3.º**(Conclusão de contratos ao abrigo do acordo quadro)**

1.- A conclusão de contratos ao abrigo do acordo quadro terá como sujeito a parte que outorgou o acordo quadro, não podendo neles estar implicada qualquer outra entidade.

2.- Da celebração dos referidos contratos não poderão resultar alterações substanciais das condições consagradas no acordo quadro, sem prejuízo do disposto no artigo 257.º, n.º 3 do Código dos Contratos Públicos, o que expressamente se ressalva.

3.- A celebração dos contratos de empreitada obedecerão à disciplina prevista no Caderno de Encargos, que se conforma com o disposto no artigo 258.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 4.º**(Prazo)**

O acordo quadro será celebrado pelo prazo de 4 (quatro) anos, sem prejuízo da possibilidade do contraente público poder denunciá-lo, nos termos do caderno de encargos, caso venha a constatar que a manutenção do mesmo já não apresenta virtualidades económicas ou procedimentais que o justifiquem.

Artigo 5.º**(Preço)**

1.- Com a celebração do presente acordo quadro o empreiteiro atribui ao contraente público o direito de opção a título gratuito, razão pela qual este instrumento, por si só, não gera para o contraente público, a obrigação de pagar qualquer preço por mor de tal atribuição, nem tão pouco a atribuição de qualquer outro tipo de benefício económico.

2.- Os preços unitários que integram o âmbito deste acordo quadro são os que foram oferecidos pelo empreiteiro na respetiva proposta.

Artigo 6.º**(Caução)**

1.- O empreiteiro prestou caução, na modalidade de garantia bancária n.º 00407543, emitida em 09 de maio de 2018, pelo Novo Banco, SA., no montante de € 10.000,00 (dez mil euros), para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do acordo

DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

quadro e, simultaneamente, com a conclusão de todos os contratos de empreitada a adjudicar ao abrigo do acordo quadro.

2.- A caução manter-se-á válida até ao termo de vigência do acordo quadro e até que o contraente público, declare, por escrito, a cessação de todas as obrigações assumidas pelo empreiteiro.

3.- O contraente público pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, no caso de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais do empreiteiro.

4.- A libertação da caução será realizada nos termos constantes das cláusulas gerais do caderno de encargos.

Artigo 7.º**(Denúncia)**

1.- Cumpridos que estejam 6 (seis) meses de vigência do acordo quadro, o contraente público, poderá livremente denunciá-lo, mediante notificação escrita dirigida ao empreiteiro com a antecedência de 15(quinze) dias contados da data pretendida para a cessação de efeitos.

2.- Com a cessação de efeitos do acordo quadro, o contraente público poderá, querendo, promover a celebração de um novo instrumento contratual de conteúdo semelhante.

Artigo 8.º**(Invalidade parcial)**

Se alguma das disposições deste acordo quadro vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor.

Artigo 9.º**(Foro competente)**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do acordo quadro fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 10.º**(Despesas do acordo quadro)**

1.- Todas as despesas com a celebração do presente acordo quadro serão da responsabilidade do empreiteiro.

DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

2.- Constituem encargo do empreiteiro as despesas resultantes da prestação da caução assim como o pagamento dos prémios dos seguros exigidos.

Artigo 11.º**(Vigência)**

O presente acordo quadro, uma vez outorgado, entrará em vigor na data da sua assinatura.

Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar o presente acordo quadro, feito em duplicado, ficando um em poder do contraente público e o segundo em poder do empreiteiro.

Braga, 11 de maio de 2018

Pelo contraente público,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Empreiteiro,

(Avelino Gonçalves Teixeira)